

Vinicius Silva Lemos

# RECURSOS E PROCESSOS NOS TRIBUNAIS

**5ª edição**

Revista, atualizada  
e ampliada

2021



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757  
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Isabella Giordano ([giordano.bella@gmail.com](mailto:giordano.bella@gmail.com))

**Capa:** Maitê Coelho ([maitescoelho@yahoo.com.br](mailto:maitescoelho@yahoo.com.br))

L555r Lemos, Vinicius Silva.  
Recursos e processos nos tribunais/ Vinicius Silva Lemos – 5. ed. rev., atual. e ampl. –  
São Paulo: Editora JusPodivm, 2021.  
1248 p.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-5680-725-6.

1. Direito Processual Civil. 2. Recursos. 3. Processos nos tribunais. I. Lemos, Vinicius Silva.  
II. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

<b>1. DO DIREITO DE RECORRER.....</b>	<b>47</b>
<b>2. DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS .....</b>	<b>51</b>
2.1 Recurso .....	51
2.2 Remessa Necessária .....	54
2.2.1 A dúvida da natureza jurídica da remessa: recurso? .....	56
2.2.2 A amplitude material da remessa necessária .....	58
2.2.3 A concomitância entre remessa necessária e o recurso.....	59
2.2.4 A dispensa de remessa necessária .....	61
2.2.4.1 O conteúdo quantitativo da decisão e a dispensa da remessa necessária .....	61
2.2.4.2 A decisão fundada em precedentes judiciais vinculantes e a dispensa de remessa necessária .....	62
2.2.5 A decisão parcial de mérito e a total simetria com a remessa necessária.....	64
2.2.6 A decisão concessiva da tutela provisória de urgência antecipada em caráter antecedente e a remessa necessária .....	66
2.2.7 A ação monitória e remessa necessária .....	70
2.3 Competência Originária .....	71
2.4 Composição dos tribunais .....	73
<b>3. DOS ATOS JUDICIAIS.....</b>	<b>77</b>
3.1 Do ato judicial não suscetível a recurso.....	77
3.2 Dos atos judiciais suscetíveis a recurso.....	79
3.2.1 Sentença .....	80
3.2.2 Decisão Interlocutória .....	81
3.2.3 Decisão Monocrática .....	83
3.2.3.1 Espécies de Decisão Monocrática .....	87
3.2.4 Acórdão .....	89
<b>4. PRINCÍPIOS RECURSAIS.....</b>	<b>93</b>
4.1 Princípio do Duplo Grau de Jurisdição .....	94
4.2 Princípio da colegialidade dos tribunais.....	97
4.3 Princípio da Taxatividade .....	99
4.4 Princípio da Singularidade e da Correspondência.....	101
4.5 Princípio da Dialeiticidade .....	103

4.6	Princípio da Fungibilidade .....	105
4.7	Princípio da Voluntariedade .....	111
4.8	Princípio da Proibição da <i>Reformatio In Pejus</i> .....	113
4.9	Princípio da Consumação .....	116
4.10	Princípio da Complementaridade .....	118
4.11	Princípio da Adstrição ou Congruência Recursal .....	121
4.12	Princípios do CPC/2015 e o impacto na esfera recursal .....	124
4.12.1	Princípio da primazia ao julgamento de mérito.....	125
4.12.2	Princípio da cooperação processual .....	129
4.12.3	Efetividade do princípio do contraditório e a impossibilidade de decisões surpresas.....	133
4.12.4	A fundamentação da decisão judicial como norma fundamental...	137
4.12.5	A cláusula geral de livre negociação como norma fundamental: o impacto do negócio jurídico-processual no âmbito recursal .....	142
<b>5.</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS .....</b>	<b>149</b>
5.1	Quanto ao âmbito ou alcance material .....	149
5.2	Quanto ao momento da interposição recursal .....	152
5.3	Quanto à fundamentação recursal .....	155
5.4	Quanto ao objeto decisório – conteúdo decisório.....	158
<b>6.</b>	<b>JUÍZO RECURSAL .....</b>	<b>161</b>
6.1	Do juízo de admissibilidade recursal .....	162
6.2	Requisitos Genéricos de Admissibilidade Recursal .....	165
6.2.1	Requisitos Intrínsecos/Subjetivos.....	166
6.2.1.1	Legitimidade.....	166
6.2.1.2	Interesse de recorrer .....	171
6.2.1.3	Inexistência de atos de disposição .....	175
6.2.2	Extrínsecos/Objetivos.....	179
6.2.2.1	Cabimento e adequação .....	179
6.2.2.2	Tempestividade .....	181
6.2.2.3	Preparo .....	191
6.2.2.4	Regularidade procedimental .....	201
6.3	Consequências do Juízo de Admissibilidade .....	204
6.3.1	Juízo positivo de admissibilidade .....	204
6.3.2	Juízo negativo de admissibilidade .....	205
6.3.3	A flexibilização (relativização) do cumprimento dos requisitos de admissibilidade .....	208
6.4	Juízo de mérito recursal .....	210
6.4.1	A impugnação recursal como a impugnação de um erro judiciário: a teoria geral do erro .....	212

6.4.1.1	<i>Error in procedendo</i> : erro procedimental ou formal.....	213
6.4.1.2	<i>Error in iudicando</i> : o erro no conteúdo da decisão .....	214
6.4.2	Pedido recursal e as respostas de mérito do órgão colegiado.....	215
<b>7.</b>	<b>EFEITOS RECURSAIS.....</b>	<b>219</b>
7.1	Efeito obstativo.....	219
7.2	Efeito Suspensivo .....	222
7.3	Efeito Devolutivo .....	226
7.4	Efeito Substitutivo.....	232
7.5	Efeito Translativo .....	237
7.6	Efeito Expansivo.....	243
7.7	Efeito regressivo .....	247
7.8	Efeito diferido.....	248
7.9	Efeito Interruptivo .....	249
7.10	Efeito Desobstrutivo.....	251
<b>8.</b>	<b>ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....</b>	<b>255</b>
8.1	Protocolo, registro e distribuição.....	256
8.2	Requerimentos não recursais no tribunal .....	258
8.2.1	A produção de prova em Tribunal .....	258
8.2.2	O requerimento de tutela provisória recursal para o Tribunal ...	260
8.3	Do processamento perante o órgão fracionário .....	261
8.3.1	Da ordem cronológica de julgamento perante o Tribunal .....	262
8.3.2	A análise preliminar e as providências pelo relator: a possibilidade de sanabilidade recursal.....	264
8.3.3	Do julgamento monocrático .....	265
8.4	Remessa ao colegiado para julgamento .....	267
8.4.1	Da sessão de julgamento e a construção do julgamento colegiado...	268
8.4.2	Da sustentação oral .....	273
8.4.3	O pedido de vista.....	275
8.4.4	A suscitação de fato superveniente ou fundamento apreciável de ofício.....	276
8.4.5	A modificação do voto.....	280
8.5	Do resultado do julgamento colegiado: a construção do acórdão .....	280
8.5.1	A proclamação do resultado .....	281
8.5.2	Lavratura, publicação do acórdão e a ementa.....	281
8.5.3	Técnica de julgamento do art. 942 do CPC – Técnica de julgamento não unânime .....	283
8.5.3.1	A procedimentalidade do art. 942 do CPC. ....	286
8.5.3.2	O art. 942 do CPC e os embargos de declaração .....	289
8.5.3.3	O art. 942 do CPC e o julgamento do agravo interno....	291

8.5.3.4	O art. 942 do CPC, o agravo de instrumento e a ação rescisória .....	292
8.5.3.5	O art. 942 do CPC e o mandado de segurança .....	293
8.5.3.6	O art. 942 do CPC e o agravo de instrumento na execução ou cumprimento de sentença: a possibilidade de mérito na execução.....	295
8.5.3.7	As hipóteses em que a técnica do art. 942 do CPC não pode ser aplicada.....	296
8.5.3.8	Espécies de dispersão de votos e a sua influência no art. 942 do CPC.....	297
8.6	Os honorários advocatícios recursais.....	298
<b>9.</b>	<b>RECURSOS EM ESPÉCIE – APELAÇÃO .....</b>	<b>305</b>
9.1.	Amplitude da apelação.....	306
9.1.1	Devolutividade da apelação .....	306
9.1.1.1	A relação entre a apelação, o princípio da voluntariedade e a recorribilidade parcial: a concepção do <i>tantum devolutum quantum appellatum</i> diante da base do art. 1.013 do CPC .....	307
9.1.1.2	As diversas concepções de impugnabilidade da apelação: o objeto da apelação .....	309
9.1.1.2.1	As argumentações possíveis na apelação e as suas finalidades: entre <i>error in procedendo</i> e <i>error in judicando</i> .....	309
9.1.1.2.2	A impugnação do <i>error in procedendo</i> e a sua concepção própria de impacto no processo: entre recorribilidade total e parcial via <i>error in procedendo</i> .....	311
9.1.1.2.3	A impugnação da questão de fato como <i>error in judicando</i> .....	312
9.1.1.2.3.1	A ampla possibilidade de reexame de prova	313
9.1.1.2.3.2	A necessidade de definição de impacto nos capítulos do processo.....	313
9.1.1.2.3.3	A consequência jurídica automática do provimento da questão de fato: efeito expansivo da apelação.....	314
9.1.1.2.4	A possibilidade de recorrer do processo como um todo: o art. 1.013, § 1º do CPC ....	315
9.1.1.2.4.1	A impugnação pelo apelante de questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas.	316

9.1.1.2.4.2	O efeito translativo das questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas, não impugnadas pelas partes no tocante ao capítulo impugnado: a limitação às consequências do pedido realizado ....	317
9.1.1.2.4.3	O efeito translativo na apelação em questões cognoscíveis de ofício pelo Tribunal mesmo que não tenham sido discutidas pelas partes: um complemento ao art. 1.013, § 1º do CPC .....	319
9.1.1.2.4.4	O diálogo com o art. 933 do CPC se o Tribunal trazer questão nova a ser enfrentada.....	320
9.1.1.2.4.5	A preclusão das questões cognoscíveis de ofício quando decididas em primeiro grau e não impugnadas pelo apelante: um impeditivo ao art. 1.013, § 1º do CPC .....	321
9.1.1.2.5	A devolutividade dos fundamentos do contraditório da ação via apelação: o art. 1.013, § 2º do CPC.....	321
9.1.1.2.5.1	A diferenciação entre pedido e fundamento .....	322
9.1.1.2.5.2	A possibilidade do Tribunal em conhecer todos os fundamentos constantes no contraditório: o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao Tribunal o conhecimento dos demais.....	322
9.1.1.2.5.3	O diálogo com o art. 933 do CPC se o Tribunal trazer fundamento novo ....	324
9.1.1.2.5.4	A preclusão do fundamento decidido e não recorrido: uma análise a partir do art. 1.013, § 2º do CPC .....	324
9.1.1.2.6	A impugnação de um capítulo antecedente e o impacto expansivo em um capítulo posterior: a complexa definição entre recurso parcial e total quando os capítulos da decisão são interligados.....	325
9.1.2	A impugnação de interlocutórias não agraváveis na apelação ....	327
9.1.2.1	A apelação como recurso de possibilidade impugnativa de plúrimas decisões.....	329

9.1.2.2	A recorribilidade das interlocutórias em <i>error in judicando</i> com consequência de <i>error in procedendo</i> : efeito expansivo da apelação .....	329
9.1.2.3	O requisito da impugnação das decisões interlocutórias não agraváveis: formalidade ou subjetividade? .....	330
9.1.2.4	O caráter de recurso das contrarrazões do vencedor...	331
9.1.2.5	Características das contrarrazões como apelação do vencedor .....	332
9.1.2.6	O contraditório e a ordem de julgamento .....	334
9.1.3	A impugnação da tutela provisória na apelação.....	334
9.1.4	Possibilidade de suscitar questões de fato não realizadas no juízo anterior.....	336
9.2	Forma de interposição .....	338
9.3	Efeito suspensivo automático da apelação.....	339
9.3.1	A impossibilidade de o efeito suspensivo alcançar as decisões interlocutórias impugnadas na apelação .....	340
9.4	Das exceções ao efeito suspensivo da apelação.....	341
9.4.1	A possibilidade de pedido avulso de efeito suspensivo nas hipóteses excepcionais .....	343
9.5	Ampliação da teoria da causa madura .....	344
9.5.1	As matérias possíveis de utilização da teoria da causa madura ..	347
9.5.2	A interligação da teoria da causa madura e o art. 938, § 3º do CPC .....	350
9.6	Efeito regressivo da apelação.....	351
9.7	Novo processamento da apelação.....	352
9.7.1	A coisa julgada progressiva a partir da recorribilidade parcial da apelação .....	354
9.7.2	A apelação adesiva.....	356
9.8	Recursos que também impugnam a sentença.....	356
9.8.1	Recurso inominado em juizado especial cível.....	356
9.8.2	Recurso ordinário em decisão da Justiça Federal com ente estrangeiro <i>versus</i> Município ou cidadão domiciliado no Brasil.....	357
9.8.3	Embargos infringentes de alçada e o recurso extraordinário .....	358
9.8.4	Agravo de instrumento na Lei nº. 11.101/2005 .....	359
<b>10.</b>	<b>AGRAVO DE INSTRUMENTO.....</b>	<b>361</b>
10.1	Conceito.....	361
10.1.1	Novo conceito de decisão interlocutória.....	364
10.1.2	As espécies de decisões interlocutórias na fase de conhecimento: agraváveis e não agraváveis .....	364
10.1.3	As decisões interlocutórias, a sua recorribilidade e o sistema de preclusão.....	365



10.1.3.1	As decisões agraváveis e a relação com a preclusão .....	366
10.1.3.2	As hipóteses não passíveis de agravo de instrumento e a preclusão não imediata .....	367
10.2	Modalidades de cabimento do agravo de instrumento.....	371
10.2.1	Rol de hipóteses de cabimento no processo de conhecimento ...	371
10.2.1.1	Tutelas provisórias .....	372
10.2.1.2	Mérito do processo .....	375
10.2.1.3	Rejeição da alegação de convenção de arbitragem.....	381
10.2.1.4	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica ...	382
10.2.1.5	Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação .....	385
10.2.1.6	Exibição ou posse de documento ou coisa .....	388
10.2.1.7	Exclusão de litisconsorte.....	389
10.2.1.8	Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio.....	390
10.2.1.9	Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros ....	392
10.2.1.10	Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução .....	394
10.2.1.11	Redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º do CPC .....	397
10.2.2	Hipóteses amplas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução, no processo de inventário e na falência e recuperação judicial.....	400
10.2.3	As hipóteses escondidas de agravo de instrumento: a decisão parcial sem mérito e a decisão de distinção em primeiro grau...	403
10.2.3.1	A decisão parcial sem mérito .....	403
10.2.3.2	A decisão de distinção em primeiro grau.....	405
10.2.4	A fase de conhecimento, o rol taxativo e as teses interpretativas .....	406
10.2.4.1	O rol como taxativo restritivo .....	406
10.2.4.2	O rol como exemplificativo .....	406
10.2.4.3	O rol como taxativo com interpretação extensiva .....	408
10.2.4.4	A adoção da teoria da taxatividade mitigada pelo STJ: o julgamento do Tema repetitivo 988 – REsp 1.696.396/REsp 1.704.520 .....	411
10.2.4.4.1	O impacto da taxatividade mitigada no sistema de preclusão das decisões interlocutórias .....	414
10.2.4.4.2	A definição paulatina do STJ de várias hipóteses de agravo de instrumento fora do rol do art. 1.015 do CPC pela taxatividade mitigada .....	417
10.2.5	O agravo de instrumento e a impossibilidade de arrastamento de hipóteses não agraváveis.....	418

10.2.6	A desnecessidade de protesto antipreclusivo: a antinomia do art. 278 e o art. 1.009, § 1º, ambos do CPC.....	420
10.3	Forma de interposição .....	424
10.3.1	A desnecessidade de cópias obrigatórias quando os autos forem eletrônicos .....	426
10.3.2	A conjunção do art. 218, § 4º e o art. 1.017, § 5º, ambos do CPC: a interposição do agravo de instrumento, em autos eletrônicos, independe da ciência da decisão .....	427
10.3.3	O cabimento de um agravo de instrumento para a impugnação de duas ou mais decisões interlocutórias: REsp 1.628.773.....	430
10.4	Processamento do agravo de instrumento .....	431
10.4.1	Efeitos do agravo de instrumento .....	432
10.4.2	Possibilidade da decisão monocrática pelo relator .....	434
10.4.3	O pedido de antecipação da tutela recursal .....	435
10.4.4	Julgamento não unânime em matéria de mérito.....	437
10.4.5	Petição de informação do art. 1.018 do CPC.....	438
10.4.6	Juízo de retratação ou efeito regressivo .....	440
10.4.7	A existência de agravo de instrumento e apelação no Tribunal concomitantemente.....	440
10.4.8	Agravo de instrumento e honorários advocatícios recursais.....	442
10.4.9	Agravo de instrumento e a possibilidade de extinção do processo....	443
<b>11.</b>	<b>AGRAVO INTERNO.....</b>	<b>445</b>
11.1	Conceito .....	445
11.1.1	Fim da divergência entre agravo interno e regimental.....	446
11.1.2	O agravo interno como um recurso acessório.....	448
11.2	Decisões impugnáveis pelo agravo interno .....	448
11.3	Mérito do agravo interno.....	450
11.3.1	A impugnação da decisão monocrática de inadmissibilidade do recurso, ação ou pedido anterior.....	452
11.3.2	A impugnação da decisão monocrática interlocutória ou homologatória .....	453
11.3.3	O equívoco do relator ao aplicar precedente: distinção ou <i>distinguishing</i> .....	454
11.3.4	A aplicação aparentemente correta do precedente: a alegação de superação de precedente.....	455
11.4	As inovações na tramitação do agravo interno.....	456
11.4.1	Da positivação do contraditório no agravo interno .....	456
11.4.2	Da possibilidade do juízo de retratação no agravo interno .....	457
11.4.3	Da fundamentação do acórdão que julga o agravo interno .....	458
11.4.4	Multa pela inadmissibilidade ou improvimento unânime .....	460

11.4.4.1	A inaplicabilidade da multa em agravo interno com o intuito de esgotar as vias recursais: tema repetitivo 434 – STJ.....	462
11.4.5	A existência de decisões monocráticas irrecorríveis .....	464
11.4.6	O agravo interno de distinção/superação da decisão do presidente de Tribunal: uma nova visão do agravo interno pela Lei nº. 13.256/2016 .....	464
11.4.7	A sustentação oral no agravo interno .....	465
11.5	Forma de interposição .....	465
11.6	O processamento do agravo interno .....	466
<b>12.</b>	<b>EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....</b>	<b>467</b>
12.1	Conceito .....	467
12.1.1	Natureza jurídica dos embargos de declaração .....	469
12.2	A finalidade dos embargos de declaração: o caráter integrativo e as suas hipóteses de cabimento .....	472
12.2.1	Omissão .....	473
12.2.2	Obscuridade e contradição .....	476
12.2.3	Erro material .....	479
12.2.4	Objetos dos embargos de declaração: as decisões embargáveis ..	480
12.2.4.1	A relação entre o objeto dos embargos de declaração e o princípio da singularidade.....	482
12.2.4.2	A possibilidade de embargar despacho.....	483
12.2.4.3	A possibilidade de embargos de declaração da decisão dos embargos de declaração .....	484
12.2.4.4	A impossibilidade de embargos de declaração como pedido de reconsideração .....	485
12.2.5	A forma da decisão após os embargos.....	486
12.2.6	O interesse recursal nos embargos de declaração .....	486
12.3	Forma de Interposição .....	487
12.4	Efeitos dos embargos de declaração: obstativo, devolutivo, regressivo, interruptivo, substitutivo e a possibilidade do suspensivo .....	488
12.4.1	Efeito obstativo .....	488
12.4.2	Efeito devolutivo.....	489
12.4.3	Efeito regressivo .....	490
12.4.4	Efeito interruptivo .....	491
12.4.4.1	Efeito interruptivo e o agravo do art. 1.042 do CPC: a jurisprudência do STJ – AgInt no AREsp 1009716/SP .....	493
12.4.5	Efeito suspensivo .....	495
12.4.6	Efeito substitutivo e a sua relação com os embargos de declaração.....	496
12.5	Embargos de declaração com efeitos infringentes.....	497

12.5.1	Da necessidade de contraditório quando possível a modificação....	502
12.5.2	Da possibilidade do <i>reformatio in pejus</i> por causa dos efeitos infringentes .....	503
12.6	Embargos de declaração protelatórios .....	504
12.7	Embargos de declaração e o princípio da complementaridade .....	506
12.8	Fungibilidade dos embargos de declaração e o agravo interno .....	510
12.9	Embargos de declaração e o prequestionamento .....	512
12.10	A fundamentação da resposta aos embargos de declaração .....	513
12.11	Os embargos de declaração com o intuito de adequar a decisão embargada à jurisprudência superveniente.....	514
12.12	Embargos de declaração nos juizados especiais .....	517
12.13	O processamento dos embargos de declaração.....	517
<b>13.</b>	<b>RECURSO ORDINÁRIO .....</b>	<b>519</b>
13.1	Conceito .....	519
13.2	Objetos impugnáveis por recurso ordinário .....	521
13.2.1	Acórdão do STJ.....	521
13.2.2	Acórdão de TJ ou TRF .....	523
13.2.3	Sentença de vara da Justiça Federal.....	524
13.3	Interesse recursal no recurso ordinário .....	525
13.3.1	Devolução da matéria de modo idêntico à apelação .....	526
13.3.2	Necessidade de uma decisão de mérito denegatória quando em cabimento contra acórdão? .....	528
13.3.3	Necessidade de impugnação de decisão colegiada: impossibilidade de recurso ordinário de decisão monocrática .....	529
13.3.3.1	Novo juízo de admissibilidade .....	530
13.3.3.2	Formas de interposição .....	532
13.4	Cabimento do agravo de instrumento em hipótese da Justiça Federal e as decisões interlocutórias não passíveis de agravo de instrumento .....	533
13.5	A teoria da causa madura e o recurso ordinário .....	534
13.6	O processamento do recurso ordinário .....	536
<b>14.</b>	<b>RECURSOS PARA OS TRIBUNAIS SUPERIORES .....</b>	<b>539</b>
14.1	Excepcionalidade da jurisdição superior.....	539
14.1.1	Finalidade de proteção às normas federais e constitucionais .....	541
14.1.2	A linha tênue entre o juízo de admissibilidade e o juízo de mérito dos recursos excepcionais: especial e extraordinário .....	543
14.1.3	A consequência material para a parte do julgamento do recurso como finalidade posterior .....	550
14.1.4	Possibilidade recursal dependente da matéria do acórdão do Tribunal anterior.....	552

14.2	Requisitos de admissibilidade dos recursos excepcionais.....	553
14.2.1	Questões somente de direito.....	555
14.2.1.1	Impossibilidade de rediscussão de provas.....	557
14.2.1.2	A diferença da rediscussão de fato e da questão de direito na análise da valoração da prova .....	558
14.2.1.3	Súmula nº. 7 do Superior Tribunal de Justiça – Súmula nº. 279 do Supremo Tribunal Federal.....	560
14.2.1.4	Necessidade da especificação do permissivo legal contrariado: a inadmissibilidade do recurso excepcional por deficiência de fundamentação – Súmula nº. 284 do STF..	562
14.2.2	Esgotamento das vias recursais internas do Tribunal recorrido ...	563
14.2.2.1	A necessidade de interposição de todos os recursos possíveis na instância anterior: a Súmula nº. 281 do STF....	564
14.2.2.2	A supressão de instância na interposição sem o devido esgotamento das vias recursais internas do Tribunal...	566
14.2.2.3	A impossibilidade de recurso para Tribunal Superior contra decisão monocrática.....	567
14.2.2.4	A exceção ao esgotamento das vias recursais: a dúvida sobre a interposição dos embargos de divergência e o recurso extraordinário .....	569
14.2.2.5	A exceção ao esgotamento das vias recursais: o AgInt no agravo em REsp nº 1.156.112/SP .....	570
14.2.3	Prequestionamento .....	572
14.2.3.1	Formas de prequestionamento.....	574
14.2.3.1.1	A interposição dos embargos de declaração para fins de prequestionamento .....	576
14.2.3.1.2	Os embargos de declaração, a violação ao art. 1.022 do CPC como questão federal e o prequestionamento ficto: o julgamento do REsp 1639314 .....	577
14.2.3.2	Espécies de prequestionamento .....	579
14.2.3.2.1	Prequestionamento explícito .....	579
14.2.3.2.2	Prequestionamento implícito.....	580
14.2.3.3	Dicotomia entre os entendimentos do STJ e o STF e a possível aderência de entendimentos.....	582
14.2.3.3.1	Súmula nº. 211 do STJ e o seu entendimento sobre prequestionamento .....	582
14.2.3.3.2	Da Súmula nº. 356 do STF e o reconhecimento do prequestionamento ficto.....	586
14.2.3.3.3	A instabilidade da aplicação da Súmula nº. 356 no STF e a aderência ao entendimento do STJ antes do CPC/2015 .....	588
14.2.3.4	O prequestionamento no CPC/2015.....	590

14.2.3.4.1	A escolha pelo prequestionamento ficto...	591
14.2.3.4.2	Pontos processuais favoráveis ao preques- tionamento ficto .....	592
14.2.3.4.3	O aproveitamento processual do art. 1.029, § 3º do CPC e o prequestionamento .....	593
14.2.3.5	A relativização do prequestionamento como requisito de admissibilidade quando presente a repercussão geral ...	595
14.2.3.6	O prequestionamento mesmo quando ventilado somente no voto vencido .....	597
14.2.3.7	O prequestionamento e a questão de ordem pública ou cognoscíveis de ofício .....	598
14.2.3.8	A necessidade de ressignificação conceitual de causa de- cida para compatibilidade com o art. 1.025 do CPC....	599
14.3	Fungibilidade entre os recursos: especial e extraordinário .....	601
14.3.1	A necessidade da complementação na hipótese do recurso especial aceito como recurso extraordinário .....	607
14.3.2	A complementação inversa: recurso extraordinário aceito como especial.....	608
14.3.3	A necessidade de permissão de prazo para as contrarrazões recur- sais após a fungibilidade .....	609
14.3.4	O problema da cumulação de pedidos na ação e no recurso ex- cepcional: a fungibilidade diante dessa hipótese.....	610
14.3.5	O impacto da Lei nº. 13.256/2016 na fungibilidade dos recursos excepcionais .....	611
14.4	Concomitância ou interposição conjunta entre os recursos excepcionais .....	612
14.4.1	A concomitância ou interposição conjunta em acórdão com pluralidade de capítulos decisórios e ofensas diferentes em cada capítulo.....	613
14.4.2	A concomitância ou interposição conjunta em acórdão com plu- ralidade de fundamentos decisórios com ofensas diferentes no mesmo capítulo da decisão .....	614
14.4.3	O processamento da concomitância ou interposição conjunta dos recursos excepcionais .....	616
14.4.4	A diferença entre a concomitância ou interposição conjunta e a fungibilidade entre os recursos excepcionais .....	619
14.4.5	A concomitância cruzada pelas partes em sucumbência recíproca: uma parte com recurso especial, outra parte com recurso extraor- dinário.....	620
14.5	A flexibilização (relativização) da admissibilidade recursal .....	621
14.5.1	A flexibilização (relativização) da admissibilidade e o juízo bipar- tido: o problema de simetria .....	626
14.5.2	Há necessidade de contraditório prévio para a inadmissibilidade?...	628

14.6	Interposição dos recursos excepcionais em agravo de instrumento e a extinção da forma retida: a análise da súmula nº. 735 do STF .....	629
14.7	O juízo de admissibilidade dos recursos excepcionais .....	632
14.7.1	O juízo de admissibilidade realizado pelo presidente ou vice-presidente do Tribunal recorrido .....	632
14.7.2	O juízo de admissibilidade realizado pelo relator no Tribunal Superior .....	633
14.7.3	As críticas ao texto original e a alteração via Lei nº. 13.256/2016 .....	634
14.7.4	Outras atribuições do presidente ou vice-presidente do Tribunal recorrido no momento do juízo de admissibilidade.....	636
14.7.4.1	As novas hipóteses de negativa de admissibilidade: recursos repetitivos e repercussão geral.....	637
14.7.4.2	Remeter ao órgão fracionário recorrido para a realização de juízo de retratação pela discordância a recurso repetitivo ou repercussão geral .....	640
14.7.4.3	Sobrestar os recursos excepcionais idênticos a recursos repetitivos ou repercussão geral não julgados .....	641
14.7.4.4	Selecionar recursos representativos da controvérsia para a decisão de afetação regional .....	641
14.7.4.5	Somente realizar o juízo de admissibilidade positivo em determinadas hipóteses .....	642
14.7.5	A PEC 10/2017 do Senado ou PEC 209/2013 da Câmara: o projeto de uma arguição de relevância para o recurso especial .....	642
14.8	Juízo de mérito dos recursos excepcionais .....	643
14.8.1	Âmbito do julgamento de mérito dos recursos excepcionais .....	646
14.9	A falta de efeito suspensivo dos recursos excepcionais e a forma de concessão em eventual pedido de efeito suspensivo.....	648
14.10	Os recursos excepcionais adesivos: especial e extraordinário .....	650
14.11	Forma de interposição dos recursos excepcionais .....	651
<b>15.</b>	<b>RECURSO ESPECIAL.....</b>	<b>653</b>
15.1	Conceito .....	653
15.1.1	Histórico de criação do recurso especial.....	653
15.2	Hipóteses de cabimento .....	654
15.2.1	Contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal.....	655
15.2.2	Julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal .....	657
15.2.3	Divergência de interpretação de direito federal .....	659
15.2.3.1	Necessidade do cotejo analítico sobre o dissídio jurisprudencial: requisito de admissibilidade específico dessa hipótese de cabimento.....	661

15.2.3.2	Possibilidade de a divergência ser de acórdão entre Tribunais de segundo grau.....	664
15.2.3.3	A confusão entre as alíneas “a” e “c” do art. 105, III da CF.....	665
15.3	Rito repetitivo nos recursos excepcionais .....	666
15.3.1	A multiplicidade no direito brasileiro .....	668
15.3.1.1	Os direitos individuais homogêneos no Brasil e a massificação das demandas em matéria idêntica pela ampliação ao acesso à justiça.....	669
15.3.1.2	A existência de questões repetitivas: outra multiplicidade a ser resolvida .....	673
15.3.2	O rito repetitivo como técnica de causa-piloto .....	675
15.3.3	A impossibilidade da parte de requerer o rito repetitivo.....	675
15.3.4	Decisão de afetação do rito repetitivo .....	676
15.3.4.1	Requisitos para a prolação da decisão de afetação: a atribuição do rito repetitivo.....	678
15.3.4.1.1	Multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais.....	678
15.3.4.1.2	Fundamento em idêntica questão de direito.....	679
15.3.4.1.3	Admissibilidade positiva do recurso para a concessão do rito repetitivo .....	680
15.3.4.2	A prolação da decisão de afetação do rito repetitivo ...	681
15.3.4.3	Competências para a decisão de afetação e a atribuição do rito repetitivo .....	683
15.3.4.4	Recursos representativos da controvérsia.....	686
15.3.4.4.1	A escolha dos recursos representativos da controvérsia.....	687
15.3.4.5	Efeitos e impactos da decisão de afetação.....	690
15.3.4.5.1	A suspensão dos processos afetados: impacto regional e federal da decisão de afetação .....	691
15.3.4.5.2	Prazo da suspensão dos processos afetados .....	692
15.3.4.5.3	A possibilidade de nova afetação por outro relator .....	694
15.3.4.5.4	A suspensão de cada processo e o requerimento de distinção .....	695
15.3.4.5.5	A possibilidade da desafetação .....	697
15.3.5	Processamento do julgamento do recurso especial repetitivo....	698
15.3.5.1	A alteração da competência dos recursos representativos da controvérsia como resultado da decisão de afetação.....	699



15.3.5.2	A formação de um contraditório ampliado para a tramitação do recurso excepcional repetitivo.....	699
15.3.5.3	Os legitimados para manifestação no rito repetitivo ..	700
15.3.5.3.1	A manifestação de terceiros sobre a matéria repetitiva: o <i>amicus curiae</i> .....	700
15.3.5.3.2	Participação da sociedade via audiências públicas.....	704
15.3.5.3.3	Possibilidade de pedido de informações aos Tribunais inferiores.....	705
15.3.5.3.4	A necessidade da manifestação do Ministério Público.....	706
15.3.5.4	Julgamento da controvérsia do rito repetitivo .....	706
15.3.5.4.1	Efeito cascata da decisão em recursos repetitivos nos processos afetados .....	708
15.3.5.4.2	A formação de um precedente judicial repetitivo vinculante para os processos futuros.....	710
15.3.5.4.3	A desistência dos recursos representativos da controvérsia.....	710
15.3.5.4.4	A possibilidade de desistência da ação em primeiro grau, antes da prolação da sentença.....	712
15.3.5.5	O recurso cabível do julgamento do recurso especial repetitivo representante da controvérsia.....	713
15.3.5.6	A possibilidade de revisão de tese do precedente repetitivo em recurso excepcional: o possível <i>overruling</i> da tese repetitiva .....	713
15.4	O julgamento do recurso especial e a possibilidade de edição de súmula .....	714
15.4.1	A formação ou revisão de Súmula do STJ.....	715
<b>16.</b>	<b>RECURSO EXTRAORDINÁRIO .....</b>	<b>717</b>
16.1	Conceito.....	717
16.2	Histórico do recurso extraordinário .....	718
16.3	Hipóteses de cabimento .....	720
16.3.1	Contrariar a Constituição Federal.....	721
16.3.2	Declarar inconstitucional tratado ou lei federal.....	722
16.3.3	Julgar válida lei local ou ato de governo local em face da Constituição Federal.....	723
16.3.4	Julgar válida lei local em face da lei federal .....	725
16.3.5	O objeto impugnável pelo recurso extraordinário.....	727
16.4	O requisito preliminar de admissibilidade do recurso extraordinário: repercussão geral.....	728
16.4.1	A necessidade de demonstração da repercussão geral no recurso extraordinário .....	734

16.4.1.1	Possibilidades objetivas da repercussão geral .....	735
16.4.1.1.1	Contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal .....	737
16.4.1.1.2	Tenha reconhecido a inconstitucionalidade de tratado ou de lei federal, nos termos do art. 97 da Constituição Federal.....	737
16.4.1.1.3	O recurso extraordinário que impugna a decisão do incidente de resolução de demandas repetitivas – IRDR .....	738
16.4.2	A complexa compreensão da repercussão geral: entre somente requisito de admissibilidade ou incidente de formação de precedente judicial vinculante .....	738
16.4.2.1	A repercussão geral como um mero requisito de admissibilidade do recurso extraordinário e o julgamento caso a caso .....	740
16.4.2.1.1	Os filtros ocultos da repercussão geral ....	741
16.4.2.1.2	A decisão de mérito do recurso extraordinário proferida por turma ou de maneira monocrática: uma repercussão geral anômala específica .....	744
16.4.2.1.3	A decisão de ausência de repercussão geral somente para o caso em concreto: o art. 326 § 1º, do Regimento Interno do STF .....	747
16.4.2.1.4	A escolha pelo STF do que julgar – a utilização transversa da repercussão geral: entre julgar o irrelevante, sobrestar o relevante e julgar o não tão relevante .....	748
16.4.2.1.5	O julgamento do recurso extraordinário: entre a turma e a afetação ao plenário ....	750
16.4.2.2	O julgamento da repercussão geral pelo pleno e a formação de um tema de repercussão geral .....	752
16.4.2.2.1	O julgamento da admissibilidade da repercussão geral: a transformação ou não em tema no STF .....	752
16.4.2.2.2	A decisão positiva da repercussão geral: a formação do incidente de repercussão geral ou o RERG – recurso extraordinário em regime de repercussão geral.....	754
16.4.2.2.2.1	Os efeitos da decisão da repercussão geral: decisão de afetação pelo relator .	755
16.4.2.2.2.2	Os efeitos da repercussão geral positiva: suspensão dos processos com matéria idêntica.....	757

16.4.2.2.2.3	O contraditório ampliado na repercussão geral .....	758
16.4.2.2.2.3.1	A possibilidade da manifestação de terceiros na repercussão geral: o <i>amicus curiae</i> .....	758
16.4.2.2.2.3.2	Participação da sociedade via audiências públicas.....	761
16.4.2.2.2.3.3	Possibilidade de pedido de informações aos Tribunais inferiores.....	762
16.4.2.2.2.3.4	A necessidade da manifestação do Ministério Público.....	762
16.4.2.2.3	A decisão sobre a matéria recursal .....	762
16.4.2.2.3.1	A construção do efeito vinculativo da decisão de recurso extraordinário em regime de repercussão geral .....	763
16.4.2.2.3.2	O efeito cascata da decisão de mérito do recurso extraordinário: a construção do efeito vinculativo sobre os recursos sobrestados no STF .....	764
16.4.2.2.3.3	O efeito cascata da decisão de mérito do recurso extraordinário: o efeito vinculativo da decisão de mérito em regime de repercussão geral nos recursos em Tribunais anteriores .....	766
16.4.2.2.3.4	O novo art. 1.030 do CPC e a vinculação como precedente: negativa de seguimento ou juízo de retratação .....	767
16.4.2.2.3.5	O art. 1.042 do CPC e a impossibilidade de agravo em RE contrário ao entendimento firmado em repercussão geral ....	769
16.4.2.2.3.6	O efeito sob a matéria para os recursos vindouros.....	770
16.4.2.2.3.7	A desistência dos recursos representativos da controvérsia .....	771
16.4.2.2.3.8	A possibilidade de desistência da ação em primeiro grau, antes da prolação da sentença .....	772
16.4.2.2.4	O argumento de autoridade da decisão de mérito em repercussão geral.....	773
16.4.2.2.5	A decisão negativa da repercussão geral...	774
16.4.2.2.5.1	A impossibilidade do agravo interno sobre a negativa da repercussão geral..	775

16.4.2.2.5.2	O efeito cascata aos recursos sobre a mesma matéria da repercussão geral negada .....	776
16.5	O recurso extraordinário como forma do STF realizar o controle difuso de constitucionalidade.....	778
16.5.1	O cuidado necessário de julgar conjuntamente, se for o caso, recurso extraordinário e a ação de controle de concentrado sobre a mesma matéria.....	779
16.6	A jurisprudência consolidada e a possibilidade de formação de súmulas: entre persuasivas e vinculantes .....	781
<b>17.</b>	<b>AGRAVO CONTRA A DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSO ESPECIAL OU EXTRAORDINÁRIO OU AGRAVO DO ART. 1.042 DO CPC.....</b>	<b>785</b>
17.1	Conceito .....	785
17.2	Objeto da impugnação do agravo.....	788
17.2.1	O mérito do agravo em recurso especial ou extraordinário.....	789
17.3	Forma de interposição do agravo em recurso especial ou extraordinário...	792
17.4	O efeito regressivo do agravo em recurso especial ou extraordinário.....	793
17.5	O agravo na hipótese de interposição conjunta do recurso especial e recurso extraordinário.....	794
17.6	Processamento do agravo em recurso especial ou extraordinário.....	795
17.7	O não cabimento do agravo do art. 1.042 do CPC contra decisão que nega admissibilidade por enquadramento em repetitivo ou repercussão geral .....	796
17.8	O agravo interno de distinção/superação: uma alteração na lei antes da vigência do CPC/2015.....	799
17.8.1	A impugnação cabível da decisão do pleno sobre o agravo interno de distinção ou superação: a escolha pela reclamação pelo STJ – Rcl 37081/SP e o equívoco do STJ – Rcl 36476/SP .....	802
17.8.2	O provimento do agravo interno e a remessa ao Tribunal Superior .....	809
17.9	O recurso excepcional com múltiplos pedidos, o juízo de admissibilidade por capítulos e a relação com o agravo do art. 1.042 do CPC.....	811
17.9.1	A inadmissão de todos os capítulos .....	812
17.9.2	A admissibilidade de um capítulo e a inadmissibilidade de outro capítulo.....	815
17.9.3	O sobrestamento de um capítulo e a admissibilidade ou inadmissibilidade por outro capítulo.....	816
17.9.4	A inadmissibilidade por repetitivo ou repercussão geral em um capítulo e a admissibilidade ou inadmissibilidade por outro capítulo: a possibilidade de interposição concomitante entre agravo interno e agravo em recurso excepcional ou do art. 1.042.....	817

<b>18. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA (EM RE E RESP) .....</b>	<b>819</b>
18.1 Conceito .....	819
18.2 Finalidade e adequação .....	820
18.3 Forma de interposição .....	822
18.3.1 O acórdão paradigma como requisito de admissibilidade: necessidade de comprovação da divergência e da similitude fática ....	822
18.3.2 Necessidade de impugnação de decisão colegiada: impossibilidade de embargos de divergência de decisão monocrática.....	826
18.4 O intuito da uniformização de jurisprudência .....	828
18.5 A amplitude dos embargos de divergência.....	832
18.5.1 A divergência em direito material ou processual.....	834
18.5.2 A ampliação do cabimento para acórdão da mesma turma .....	835
18.5.3 A necessidade de fundamentação para negativa por distinção...	836
18.5.4 O julgamento dos embargos de divergência.....	838
18.5.4.1 A pacificação da divergência em qualquer resultado de julgamento .....	839
18.5.4.2 A competência interna dos Tribunais Superiores para o julgamento dos embargos de divergência.....	840
18.5.4.3 A possibilidade de julgamento conjunto de embargos de divergência da mesma matéria.....	841
18.5.4.4 Há vinculatividade da decisão dos embargos de divergência? .....	842
18.5.4.5 Os embargos de divergência como um incidente de assunção de competência invertido?.....	844
18.5.4.6 Os embargos de divergência para pacificar divergência e os embargos de divergência para aplicar precedente já decidido em embargos de divergência.....	844
18.6 O efeito interruptivo dos embargos de divergência .....	846
18.6.1 O prosseguimento do recurso extraordinário já interposto após julgamento dos embargos de divergência .....	848
18.6.2 Há possibilidade de complementação do recurso extraordinário já interposto após julgamento dos embargos de divergência?.....	849
18.7 O processamento dos embargos de divergência.....	851
<b>19. PRECEDENTE JUDICIAL.....</b>	<b>855</b>
19.1 O precedente judicial e sua formação .....	855
19.1.1 Os elementos formadores do precedente .....	858
19.1.1.1 A <i>ratio decidendi</i> do precedente.....	859
19.1.1.2 O <i>obiter dictum</i> do precedente .....	862
19.1.1.3 Técnicas de identificação da <i>ratio decidendi</i> do precedente .....	864
19.1.1.4 O elemento posterior do precedente: <i>stare decisis</i> .....	866

19.1.2	As diferenças entre <i>common law</i> e <i>civil law</i> e os precedentes no direito brasileiro.....	869
19.1.3	Precedente judicial como fonte do direito?.....	872
19.1.4	Conteúdo dos precedentes: declarativos ou criativos.....	873
19.1.5	Eficácia do precedente judicial .....	874
19.1.6	Os princípios constitucionais e os precedentes judiciais.....	877
19.2	O art. 926 do CPC e a sua importância no CPC/2015.....	883
19.2.1	A uniformização, a estabilidade e segurança jurídica .....	884
19.2.2	A coerência e integridade da jurisprudência .....	886
19.2.3	O art. 926 do CPC como um conjunto de normas complementares.....	888
19.2.4	O art. 927 do CPC e a sua força vinculante: um novo paradigma normativo .....	889
19.2.4.1	O art. 927 do CPC representa um rol taxativo/exaustivo de vinculação? .....	892
19.3	As espécies de precedentes judiciais no direito brasileiro .....	892
19.3.1	A jurisprudência e sua forma persuasiva .....	893
19.3.2	As súmulas – normais e vinculantes .....	895
19.3.3	Os precedentes formados pelo pleno ou órgão especial do Tribunal e a sua força vinculante.....	899
19.3.4	Os precedentes formados em casos repetitivos e a sua força vinculante.....	900
19.3.5	Os precedentes formados em incidente de assunção de competência.....	902
19.4	A importância da fundamentação analítica nas decisões de formação de precedentes vinculantes .....	903
19.5	Técnicas de aplicação e de superação de precedentes .....	905
19.5.1	<i>Distinguishing</i> .....	907
19.5.2	Superação por <i>overruling</i> .....	909
19.5.2.1	<i>Anticipatory overruling</i> .....	911
19.5.2.2	<i>Signaling</i> .....	912
19.5.2.3	<i>Prospective overruling</i> .....	913
19.5.3	Superação por <i>overriding</i> .....	915
19.5.4	A possibilidade de modulação de efeitos na superação do precedente.....	916
<b>20.</b>	<b>INCIDENTES RECURSAIS E PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....</b>	<b>919</b>
20.1	Aspectos gerais dos processos nos tribunais: entre incidentes e processos .....	919
20.2	Incidente de assunção de competência .....	920
20.2.1	Conceito.....	920
20.2.2	Requisitos para a instauração do incidente.....	922

20.2.2.1	A ampliação das possibilidades de cabimento e incidência do incidente .....	926
20.2.2.2	A formação de precedente judicial em questão jurídica relevante não repetitiva .....	928
20.2.3	Legitimidade para a proposição do incidente.....	929
20.2.4	Da suscitação e do juízo de admissibilidade do IAC .....	930
20.2.5	Da decisão de afetação e a delimitação da questão de direito do IAC .....	932
20.2.6	Alteração da competência para o julgamento da questão de direito incidente e do recurso.....	935
20.2.7	A escolha do recurso ou processo representativo da controvérsia...	936
20.2.8	A formação de um contraditório ampliado na tramitação do IAC .....	937
20.2.9	As manifestações dos interessados legitimados e o contraditório ampliado no IAC .....	940
20.2.10	O julgamento da matéria do IAC e das questões principais .....	943
20.2.11	As possibilidades recursais cabíveis do julgamento do IAC: interesse, questão recorrível, legitimidade e processamento.....	944
20.2.12	Vinculação para os juízes de primeiro grau e os órgãos fracionários do Tribunal do conteúdo da decisão do IAC.....	947
20.2.12.1	A possibilidade da utilização de reclamação.....	949
20.2.12.2	Revisão da tese jurídica.....	951
20.2.12.2.1	A tese firmada em Tribunal de segundo grau ou no STJ .....	952
20.2.12.2.2	A tese firmada no STF .....	953
20.2.12.2.3	A legitimidade para suscitação de revisão de tese.....	954
20.2.12.3	A desistência do processo representativo da controvérsia escolhido para o IAC .....	954
20.2.12.4	A possibilidade de fungibilidade com o IRDR ou recursos excepcionais repetitivos .....	955
20.2.12.4.1	O ponto autorizante da fungibilidade: a possibilidade de suscitação oficiosa em ambos os institutos – IAC e IRDR .....	958
20.2.12.4.2	A suscitação do IAC, a admissibilidade e a possibilidade de conversão em IRDR .....	959
20.2.12.4.2.1	A fungibilidade pela turma quando da análise da admissibilidade preliminar do IAC.....	960
20.2.12.4.2.2	A fungibilidade pelo colegiado maior quando da análise da admissibilidade definitiva do IAC .....	960

	20.2.12.4.3	A suscitação do IRDR, a admissibilidade e a possibilidade de conversão em IAC .....	962
	20.2.12.4.4	A fungibilidade, o IAC e os recursos excepcionais repetitivos.....	963
20.3		Incidente de arguição de inconstitucionalidade .....	964
	20.3.1	Conceito.....	964
	20.3.1.1	Controle de constitucionalidade difuso.....	965
	20.3.1.2	A necessidade da inconstitucionalidade como prejudicial de mérito .....	966
	20.3.2	Legitimidade para suscitação do incidente .....	968
	20.3.3	Julgamento da admissibilidade do incidente pelo órgão fracionário.....	969
	20.3.4	Existe uma decisão de afetação no incidente de arguição de inconstitucionalidade?.....	970
	20.3.4.1	A possibilidade de suspensão das demandas idênticas quando admitido o incidente .....	971
	20.3.4.2	O contraditório ampliado: <i>amicus curiae</i> , Ministério Público, legitimados do art. 103 da CF e pessoas jurídicas responsáveis pelos atos questionados.....	972
	20.3.5	O processamento e o julgamento do incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	974
	20.3.5.1	A devolução do incidente julgada para o órgão fracionário originário .....	975
	20.3.5.2	A irrecurribilidade da decisão do incidente: súmula nº. 513 do STF .....	976
	20.3.5.3	A recorribilidade da decisão da questão de fundo decidida pelo órgão originário com impugnação da decisão do incidente .....	976
	20.3.6	O efeito da decisão do incidente: formação de precedente para demandas com a mesma questão constitucional .....	976
	20.3.6.1	A impossibilidade de revisão de tese naquele Tribunal.....	978
	20.3.6.2	A superação por decisão do STF em controle de constitucionalidade difuso ou concentrado.....	979
20.4		Incidente de resolução de demandas repetitivas .....	979
	20.4.1	Conceito.....	979
	20.4.1.1	Equívoco na nomenclatura: demandas ou questões repetitivas?.....	982
	20.4.1.2	Técnica de julgamento por amostragem ou de tutela de direito coletivo? .....	983
	20.4.2	Requisitos de cabimento para a instauração do incidente .....	984
	20.4.2.1	Questão somente de direito .....	984
	20.4.2.2	Multiplicidade efetiva de demandas com a mesma questão .....	987



20.4.2.3	Risco de ofensa à isonomia ou à segurança jurídica: decisões divergentes .....	989
20.4.2.4	É requisito para a instauração do IRDR que exista processo com a questão de direito pendente no Tribunal?.....	990
20.4.2.5	A impossibilidade de instauração quando a matéria está afetada por Tribunal Superior como requisito negativo do IRDR .....	991
20.4.3	A necessidade da conjunção de todos os requisitos de cabimento .....	992
20.4.4	IRDR: causa-piloto ou procedimento modelo?.....	993
20.4.5	A legitimidade para a suscitação do IRDR .....	996
20.4.6	O processamento do IRDR .....	997
20.4.6.1	O pedido suscitante do IRDR.....	997
20.4.6.2	A possibilidade de nova suscitação do IRDR.....	999
20.4.6.3	A recepção, distribuição e o juízo de admissibilidade ...	1000
20.4.6.4	O efeito no processo originário do protocolo do pedido do IRDR: necessidade de petição de informação e impossibilidade de julgamento .....	1001
20.4.6.5	A decisão de afetação do IRDR.....	1003
20.4.6.5.1	A avocação pelo colegiado competente do processo base para o julgamento do IRDR..	1005
20.4.6.5.2	A suspensão dos processos com identidade material naquele Tribunal .....	1005
20.4.6.5.3	A possibilidade de ampliação dos processos representativos da controvérsia .....	1006
20.4.6.5.4	O processamento do IRDR com a definição do contraditório ampliado .....	1007
20.4.6.5.5	A audiência pública no IRDR.....	1008
20.4.6.5.6	Existe uma falta de representatividade de ausentes no IRDR? .....	1009
20.4.6.5.7	A comunicação da suspensão aos órgãos julgadores e ao CNJ.....	1012
20.4.6.5.8	A possibilidade de ampliação ou prorrogação da suspensão .....	1012
20.4.6.5.9	A desistência e a inserção do Ministério Público .....	1014
20.4.6.5.10	O prazo para o processamento do IRDR, a maturação analítica e a remessa para julgamento.....	1015
20.4.6.6	Julgamento do IRDR .....	1015
20.4.6.6.1	A sustentação oral no IRDR.....	1016
20.4.6.6.2	O julgamento da questão de direito do IRDR .....	1016

20.4.6.6.3	A cisão cognitiva do procedimento modelo .....	1018
20.4.6.6.4	O julgamento dos processos representativos da controvérsia pelo mesmo colegiado competente pelo IRDR .....	1018
20.4.6.6.5	O julgamento dos processos afetados suspensos: em primeiro grau e no Tribunal .....	1020
20.4.6.6.6	Aplicabilidade da decisão do IRDR: após a prolação da decisão ou após o trânsito em julgado da decisão? .....	1020
20.4.6.6.7	A comunicação da decisão do IRDR ao órgão, ao ente ou à agência reguladora competente para fiscalização de questão relativa a prestação de serviço concedido, permitido ou autorizado.....	1021
20.4.6.6.8	A publicidade da existência do IRDR e da decisão que fixa a tese .....	1022
20.4.6.7	As possibilidades recursais cabíveis do julgamento do IRDR.....	1024
20.4.6.7.1	Aplicabilidade da Súmula nº. 513 do STF e um modelo de recorribilidade idêntico ao existente no incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	1025
20.4.6.7.2	A ressignificação de causa decidida pelo IRDR e sua recorribilidade excepcional..	1029
20.4.6.7.3	A conclusão pela recorribilidade excepcional da decisão que fixa a tese jurídica no IRDR .....	1031
20.4.6.7.4	A legitimidade recursal excepcional da decisão que fixa a tese jurídica do IRDR ....	1032
20.4.6.7.5	As peculiaridades dos recursos excepcionais sobre a decisão que fixa a tese jurídica no IRDR: efeito suspensivo automático e repercussão geral presumida.....	1033
20.4.6.7.6	A recepção e tramitação do recurso excepcional sobre a decisão que fixa a tese jurídica como um recurso repetitivo .....	1036
20.4.7	A formação de precedente para os processos futuros: a vinculação para os juízes de primeiro grau e dos órgãos fracionários do Tribunal pela decisão do incidente .....	1039
20.4.7.1	A vinculação da decisão do Tribunal Superior sobre recurso impugnativo da tese jurídica fixada em IRDR .....	1041
20.4.7.2	A necessidade de possibilitar o devido processo legal nos processos com possível aplicação do IRDR.....	1042

20.4.8	Revisão da tese jurídica .....	1043
20.4.8.1	A inércia argumentativa e o ônus argumentativo na revisão de tese.....	1045
20.4.8.2	A modulação de efeitos da revisão de tese .....	1047
20.4.9	O cabimento da reclamação.....	1049
20.4.10	O alcance da decisão do art. 985 do CPC em todas as hipóteses de IRDR .....	1050
20.4.10.1	O IRDR estadual sobre direito local e a formação de precedente judicial vinculante.....	1051
20.4.10.2	O IRDR em Tribunal Superior e a formação de prece- dente judicial vinculante .....	1052
20.4.10.3	O IRDR estadual ou regional sobre matéria federal/ constitucional: a visão do instituto como repetitivo pre- paratório para os Tribunais Superiores.....	1052
20.4.10.4	A vinculação da decisão do IRDR: entre o teor do art. 985 do CPC em duas hipóteses e o teor do art. 987, § 2º do CPC para uma hipótese.....	1054
20.4.11	Inconstitucionalidade do IRDR? .....	1057
20.4.12	O IRDR e a sua relação com os Juizados Especiais Cíveis .....	1060
20.4.13	Cabimento em Tribunais Superiores?.....	1062
20.4.14	<i>Collateral stoppel</i> : coisa julgada perante terceiros?.....	1064
20.4.15	A prescrição da matéria afetada em IRDR em processos afetados ou de identidade fático-jurídica .....	1066
20.4.16	A eficácia persuasiva do IRDR fixado por um Tribunal para irra- dição em outro Tribunal.....	1067
20.5	Reclamação .....	1069
20.5.1	Conceito da reclamação.....	1069
20.5.2	Natureza jurídica da reclamação .....	1070
20.5.3	Hipóteses de cabimento da reclamação.....	1071
20.5.3.1	A usurpação de competência .....	1072
20.5.3.2	A garantia de autoridade.....	1073
20.5.3.3	A garantia de observância dos precedentes judiciais... 20.5.3.3.1 A Lei nº. 13.256/2016 e o impacto na hi- pótese de não observância aos precedentes judiciais.....	1074 1078
20.5.4	Legitimidade da proposição da reclamação.....	1080
20.5.5	Competência para a reclamação.....	1081
20.5.6	Processamento da reclamação .....	1082
20.5.7	Julgamento da reclamação.....	1084
20.5.7.1	Qual é o cabimento de honorários advocatícios na re- clamação? .....	1085
20.5.8	As críticas e receios da ampliação do cabimento da reclamação.....	1086

20.5.9	A reclamação pelas decisões não aplicadas pelas Turmas Recursais de juizados especiais: Resolução STJ/GP n. 3/2017 .....	1088
20.5.10	A reclamação como meio de revisão de tese de precedente vinculante: a decisão do agravo interno do pleno ou órgão especial e a reclamação .....	1088
20.5.11	A reclamação coletiva .....	1091
20.6	Conflito de competência .....	1091
20.6.1	Conceito .....	1091
20.6.2	Requisitos, pedido e legitimidade .....	1094
20.6.3	A instrução processual do conflito de competência .....	1094
20.6.4	O julgamento do conflito de competência .....	1095
20.6.5	A competência para o julgamento do conflito de competência ..	1096
20.7	Homologação de sentença estrangeira .....	1097
20.7.1	Conceito .....	1097
20.7.2	O objeto passível de homologação .....	1098
20.7.3	Competência .....	1099
20.7.4	Requisitos para a homologação de sentenças estrangeiras .....	1100
20.7.5	Processamento da ação de homologação de sentenças estrangeiras .....	1101
20.7.5.1	O julgamento do caráter <i>exequatur</i> da carta rogatória....	1102
20.7.6	A competência para a execução da sentença homologada .....	1104
<b>21.</b>	<b>AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO DE DECISÃO .....</b>	<b>1105</b>
21.1	Distinção entre as ações autônomas de impugnação de decisão e os recursos .....	1105
21.2	Ação rescisória .....	1106
21.2.1	Conceito .....	1106
21.2.2	Natureza jurídica da ação rescisória .....	1108
21.2.3	Objeto rescindendo: decisão interlocutória, sentença, decisão monocrática ou acórdão .....	1108
21.2.3.1	Objeto rescindendo sem mérito: exceções de cabimento da ação rescisória .....	1111
21.2.3.2	Amplitude da impugnação: ação rescisória total ou parcial .....	1113
21.2.3.2.1	Os capítulos da decisão e a ação rescisória..	1114
21.2.3.2.2	A decisão parcial de mérito e a ação rescisória .....	1115
21.2.3.2.3	A ação rescisória de decisão prejudicial transitada em julgado .....	1117
21.2.3.2.4	Ações rescisórias em uma mesma demanda sobre decisões de mérito diversas ou coisa julgada progressiva .....	1118

21.2.3.3	Os atos homologados pelo juízo e a ação anulatória....	1120
21.2.4	Hipóteses de cabimento da ação rescisória.....	1122
21.2.4.1	Crimes do juiz nos autos.....	1123
21.2.4.2	Juiz impedido ou juízo absolutamente incompetente..	1125
21.2.4.3	Dolo processual ou colusão entre as partes.....	1128
21.2.4.4	Ofensa à coisa julgada .....	1129
21.2.4.5	Violação manifesta de norma jurídica .....	1135
21.2.4.6	Decisão fundada em prova falsa .....	1139
21.2.4.7	Prova nova .....	1141
21.2.4.8	Erro de fato .....	1144
21.2.4.9	As hipóteses escondidas da ação rescisória dentro do próprio CPC .....	1146
21.2.4.9.1	A coisa julgada inconstitucional.....	1146
21.2.4.9.2	A sentença de partilha e a possibilidade de outras hipóteses de ação rescisória .....	1148
21.2.5	Pressupostos da ação rescisória .....	1150
21.2.5.1	Objeto da ação rescisória: decisão .....	1150
21.2.5.2	Coisa julgada e, em regra, material.....	1151
21.2.5.3	A alegação de existência de vícios na decisão impugnada: hipóteses do art. 966 do CPC .....	1152
21.2.5.4	Prazo para proposição.....	1153
21.2.6	Legitimidade da ação rescisória .....	1157
21.2.6.1	Legitimidade ativa da ação rescisória: a conjunção entre legitimidade e interesse processual.....	1157
21.2.6.2	Legitimidade passiva da ação rescisória .....	1159
21.2.7	Competência para o julgamento da ação rescisória.....	1161
21.2.8	O processamento da ação rescisória .....	1163
21.2.8.1	A petição inicial da ação rescisória .....	1163
21.2.8.2	A emenda da petição inicial com base no art. 968, § 5º do CPC: a emenda pela competência equivocada.....	1165
21.2.8.3	A possibilidade do pedido de tutela provisória .....	1167
21.2.8.4	A possibilidade de improcedência liminar do pedido...	1168
21.2.8.5	A instrução processual.....	1169
21.2.9	O julgamento da ação rescisória.....	1169
21.2.9.1	O julgamento da ação rescisória e o art. 942 do CPC: técnica de julgamento não unânime .....	1172
21.2.10	Os recursos cabíveis do julgamento da ação rescisória .....	1173
21.2.11	A ação rescisória da ação rescisória .....	1174
21.3	Ação declaratória de inexistência – <i>querella nulitattis insanibilis</i> .....	1174
21.3.1	Conceito.....	1174
21.3.2	Natureza jurídica da <i>querela nullitatis insanabilis</i> .....	1177

21.3.3	Objeto da <i>querela nullitatis insanabilis</i> .....	1179
21.3.3.1	Imprescritibilidade da <i>querela nullitatis insanabilis</i> ....	1180
21.3.4	Legitimidade e competência .....	1181
21.3.5	Hipóteses de cabimento da <i>querela nullitatis insanabilis</i> .....	1182
21.3.6	Fungibilidade entre a <i>querela nullitatis insanabilis</i> e a ação rescisória.....	1184
21.4	Mandado de segurança contra decisão irrecorrível .....	1184
21.4.1	Conceito.....	1184
21.4.2	Admissibilidade e legitimidade .....	1186
21.4.3	Competência .....	1188
21.4.4	Hipóteses de cabimento.....	1188
21.4.5	Processamento do mandado de segurança .....	1190
21.4.6	Outras formas de ações autônomas .....	1191
<b>22.</b>	<b>SUCEDÂNEOS RECURSAIS.....</b>	<b>1195</b>
22.1	Conceito de sucedâneos recursais .....	1195
22.2	Pedido de reconsideração .....	1195
22.2.1	O pedido e a sua relação com preclusão.....	1197
22.3	Correição parcial.....	1199
22.4	O pedido de suspensão de segurança ou liminar .....	1202
22.4.1	Suspensão de segurança ou liminar como sucedâneo recursal... ..	1205
22.4.2	Legitimidade e competência para o pedido de suspensão de segurança ou liminar .....	1205
22.4.3	Hipóteses de cabimento da suspensão de segurança ou liminar... ..	1208
22.4.4	O processamento do pedido de suspensão de segurança ou liminar.....	1210
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>1213</b>